



AS MATRIZES DO FABULÁRIO IBERO-AMERICANO

NÉLIDA PIÑÓN
(coordenação)

Gerson Damiani
Maria Inês Marreco
(organização)

Cátedra José Bonifácio 3

edusp

A responsabilidade pelo conteúdo dos textos publicados nesta obra é exclusiva dos autores; sua publicação não significa a concordância dos organizadores e das instituições com as ideias neles contidas.

Sumário

Ficha Catalográfica elaborada pelo Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da usp. Adaptada conforme normas da Edusp.	
As Matrizes do Fabulário Ibero-americano / Nélida Piñon (coordenação); organização Gerson Damiani, Maria Inês Marreco. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2016.	
332 pp.; 22 cm. – (Cátedra José Bonifácio, 3)	
ISBN 978-85-314-1590-6	
1. Literatura hispano-americana. 2. Identidade nacional. 3. Identidade cultural – América Latina. I. Piñon, Nélida. II. Damiani, Gerson. III. Marreco, Maria Inês de Moraes. IV. Série.	
CDD 860	
INTRODUÇÃO	
Prefácio	11
Marcos Antonini Zago	
A Universidade de São Paulo recebe Nélida Piñon na Cátedra José Bonifácio ..	13
Pedro Dallari	
As matrizes do fabulário ibero-americano	19
Nélida Piñon	
Ode a Nélida Piñon.....	23
Gerson Damiani • Maria Inês Marreco	
PRIMEIRA PARTE	
Palavras de recepção da acadêmica Nélida Piñon no auditório da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin	27
Alfredo Bosi	
Eucíclides da Cunha: Reverberações	31
Wainicce Nogueira Galvão	
La cultura importa	47
Enrique V. Iglesias	
As bulas e as fábulas do barroco	63
Angelo Oswaldo de Araújo Santos	
Presença africana no português brasileiro	73
Domicio Proença Filho	
As matrizes da América	95
Nélida Piñon	

Direitos reservados à
Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - SP - Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br - e-mail: edusp@usp.br
Printed in Brazil 2016
Foi feito o depósito legal

Uma estética para a Nação: a composição da nacionalidade literária no Brasil de Machado de Assis

QUEZIA BRANDÃO

Os romances românticos caminham de mãos dadas com a história patriótica na América Latina. Os livros acenderam a chama do desejo pela felicidade doméstica que invade os sonhos de prosperidade nacional; os projetos de construção da nação conferiram um propósito público às paixões privadas.

Doris Sommer, *Ficções de Fundação: Os Romances Nacionais na América Latina*, 2004

O escritor não deve apenas criar, mas deve também emprestar sua lucidez moral à consciência à consciência de seus leitores, sobretudo num país como o Brasil.

Nélida Piñon

As duas epígrafes que abrem este texto aludem a um importante aspecto da vocação literária, sobretudo aquela que ganha contornos no Brasil do século xix: a capacidade de forjar e representar o sentimento de nacionalidade. Para Doris Sommer, a nacionalidade reflete-se nos desejos e aspirações íntimas dos indivíduos, traduzindo, na literatura, os romances de fundação da nação. Mas, é claro, não podemos ignorar o caráter virtual de tais aspirações literárias, que em países nascentes mais inspiram do que espelham a nacionalidade. É dali que compreendemos a frase de Nélida Piñon, que vê na figura do escritor um construtor da história nacional.

É sobre estes aspectos que se pretende produzir, aqui, uma reflexão acerca do nascente instinto de nacionalidade que trilhava os caminhos artísticos e intelectuais do Brasil pós-Independência, tendo como referência as discussões do célebre escritor Machado de Assis, em seu texto crítico “Nacionalidade da Literatura Brasileira: Instinto de Nacionalidade”, de 1873.

Falar de nacionalidade pressupõe – invariavelmente – um caminho espinhoso e acidentado à frente. Há hoje muitos trabalhos nas diversas

áreas das humanidades que tentaram delimitar o conceito de námo, procurando depreender sua significação mais profunda do nacionalismo complexa diversidade de países e grupos – relega-nos entrever da maneira nebulosa e de algum modo incerta. Não obstante, é possível apontar alguns caminhos teóricos que, se não elucidam o todo, servem a menos de porta de entrada para a tentativa de compreensão de determinados fenômenos na história.

Marcel Detienne – historiador belga, de viés teórico-metodológico explícitamente antropológico – introduz as noções de “nação/nacionalismo” com as seguintes palavras: “É uma ideia ao mesmo tempo simples e rica em redobras, em arranjos de dobras. Nação se origina em nascer e nascer como o fio de Penélope, ao eixo central de nossa proposta – a composição de uma nacionalidade, levando-nos ao inevitável movimento da desconstituição e reconstrução para podermos compreender o fenômeno nacional.”

A nacionalidade – e sua resultante, a nação – remontam em nosso consciente dois fatores: história e memória. Afinal de contas, o que é a identidade? Onde nascem os sentimentos de pertencimento e identidade coletiva que dão sustentação à nação? O estudo das literaturas nacionais, sem dúvida, nos conduz de maneira tenaz às origens dos sentimentos partilhados. É possível iniciar a compreensão da relação entre literatura e construção da nação se tomarmos nota das reflexões de Benedict Anderson. O cientista político, debruçado sobre o enigma da nacionalidade, intitula seu ensaio com a definição que permeia seu conceito de nação: *Comunidades Imaginadas. Segundo Anderson, a nação seria “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”*. Prosseguindo através das reflexões de Benedict Anderson, é possível entender que a noção

de uma comunidade imaginada se aplica ao fato de que os indivíduos que partilham do sentimento nacional não conhecem as razões que os levam à comunhão. Por outro lado, Anderson nos fala acerca dos imaginários que povoam nossos costumes, detalhes mais fluídos no fluxo do tempo e que permitem a convivência entre os membros da nação, que são perceptíveis, como a língua, por estar naturalizada no cotidiano. Os detalhes sutis, que preenchem o cotidiano daquilo que se convém – por razões históricas, políticas e mesmo econômicas – chamar de nação, são de ordem cultural e nos levam, indelmente, às manifestações artísticas de um povo. Anderson vai dizer que “tanto a nacionalidade – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [*Nationalness*] – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos”³. Isso significa dizer que o sentimento nacional vem de uma força, de um “agente criador” – como vimos em Detienne –, que, ao longo do tempo e do espaço delimitado (as fronteiras políticas artificiais dos mapas), fornecem elementos para a construção da nacionalidade. Disto compreendemos que o texto de Machado de Assis muito nos tem a informar sobre a composição da nacionalidade – tanto a que hoje compartilhamos de forma quase automática e inconsciente quanto aquela que se verifica em nossa literatura. Sendo um texto crítico, de caráter manifesto, Machado fornece ao crescente meio artístico, que poderia se dizer genuinamente brasileiro – dada a Independência de 1822 que elevou o Brasil, ao menos juridicamente, à condição de nação –, e intelectual da época suposições do arcabouço estético e político que deveriam compor a produção escrita no Brasil que necessitava, naquelas décadas imediatamente após a separação de Portugal, afirmar para si e para o mundo sua condição de nação.

“Quem examina a atual literatura brasileira reconhece logo, como primeiramente traço, certo instinto de nacionalidade.” Esta frase nada mais é que a abertura do texto de Machado de Assis. Nesse primeiro momento já é

1. Marcel Detienne, *Nações e Nacionalismo*, trad. Fernando Scheibe, Belo Horizonte, Autêntica,

2. Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, trad. Denise Bottmann, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 32.

3. *Ibidem*, p. 30.

4. Machado de Assis, “Notícia da Atual Literatura Brasileira”, Instituto de Nacionalidade”, em *Obras Completas de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994, vol. II, p. 1. Originalmente publicado em *O Novo Mundo*.

possível perceber a preocupação de Machado em, antes de mais nada, fazer referência ao período do Romantismo, momento da cultura geral da época, romântica por exceléncia, para Luiz Ruffo, “a cultura geral da época, romântica literário, para a valorização das particularidades, como a terra natal, da civilização urbano-burguesa europeia”⁵. É importante notar, no entanto, que a valorização das particularidades, como a terra natal, é literário: a valorização de Roncari sobre o período histórico, um país de nascimento complexo como o Brasil, considerando nota, a diferença de processos de desenvolvimento em relação às nações europeias – visto o seu passado colonial –, antes mesmo de estar estabelecido um dilema quanto à afirmação nacional para os intelectuais, existe obstáculo mais minucioso – a identificação e eleição das “particularidades”, a missão de participar da organização nacional. Isso significou para os intelectuais a difícil tarefa de mapear e representar sutilezas da vida no território brasileiro, recuperando uma certa herança do passado – que temiam preocupavam em romper com os “vícios” europeus que lhes retirava a independência do Brasil se dera de maneira um tanto diplomática, não haveríam bandeiras das possíveis causas nacionais. A notícia da cisão em relação à coroa portuguesa demorou a chegar aos lugares mais distantes dos centros de efervescência cultural e política do Brasil, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Como disse certa vez Auguste de Saint-Hilaire, “havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não haviam brasileiros”⁶. Não havia sentimento de pertencimento. O vasto território estava inclusive,

-políticas da Ibero-América.

O primeiro problema enfrentado no pós-Independência foi em relação à forma de governo que seria instaurada no Brasil. Tendo em consideração a ideia quase absurda de uma independência nas Américas não resultar em uma República, a solução pela Monarquia foi antes uma saída para os problemas de legitimação da governança no novo país. Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, a escolha pela manutenção de um regime monárquico

[...] visava, em primeiro lugar, evitar o desmembramento da ex-colônia, a ex-
pla do que ocorreu na América espanhola, onde quatro vice-reinados se converte-
ram em catorze países distintos. Além do mais, a opção por colocar o rei no poder
referendava o perfil das elites políticas brasileiras, majoritariamente educadas em
referência ao rei, realiza⁸.

O Brasil precisava ser inventado, e com ele, uma miríade de tradições, símbolos, rituais e costumes que dessem ao país recém-criado uma legitimidade.

S. Luiz Roncari

6. *Literatura Brasileira: Dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos*, 2. ed., São Paulo, Edusp, 2014, pp. 289-291.

São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 35.

mação histórica e, sobretudo, espiritual. A conciliação de ideológicos que conviviam e competiam no seio desta complexa cultura brasileira – a representação da cultura e anseio nacional do coto –, a missão de instalar aqui uma monarquia que se representasse a partir de elementos tropicais; que fosse esteticamente civilizada – como as da Europa – mas que comportasse a instituição da escravidão, naturalizando-a

povo brasileiro.

A tarefa era difícil e envolvia desde rever a história até forjá-la, no campo da cultura (utilizando, aqui, uma noção genérica do termo), na também a gestão da vida pública do país precisava soar o mais “brasileiro” possível. Que artífices comporiam uma administração com os arcos do monarca elementos que legitimassem sua autoridade e poder sobre o povo e o território recém-emancipados. O monarca era então investido de mitos, símbolos e rituais que pretendiam conferi-lo um caráter único e redentor para a pátria. Lilia Moritz Schwartz observa que:

[...] logo após a independência política de 1822, investiu-se muito no ceremonial da realeza brasileira e no estabelecimento de determinadas memórias. D. Pedro foi aclamado imperador em 12 de outubro de 1822 – data a princípio considerada mais importante que o próprio Sete de Setembro. Além disso, desejando romper com o costume português, de um lado, e influenciado pela sagraria e coroação de Napoleão, em 1804, por outro, d. Pedro I envolve-se na realização de uma importante cerimônia religiosa, de origens bíblicas, e regida, com detalhes, pelo livro I do antigo *Pontifical Romano*⁹.

Assim, Lilia Schwartz conclui que “o novo império, contudo, não só dialogaria com a tradição: introduziria elementos da cultura local. Construía-se, a partir de então, uma cultura imperial pautada em dois elementos constitutivos da nacionalidade emergente: o estado monárquico, portador e impulsor do projeto civilizatório, e a natureza, como

base territorial e matéria deste Estado”¹⁰. As pinturas de época traduzem o desejo de instalar aqui uma monarquia que se representasse a partir de elementos tropicais; que fosse esteticamente civilizada – como as da Europa – mas que comportasse a instituição da escravidão, naturalizando-a

como parte das bases do Império brasileiro. Desde sua origem –

O país nascente necessitava de um mito fundador. Desde sua origem – ou seja, quando os portugueses chegam ao território, e considerando, assim, origem enquanto invenção – viam-se elementos capazes de fornecer à imaginação arcabouço necessário para se construir, no século XIX, a brasiliade. Segundo a filósofa Marilena Chauí, aparecem três componentes, mito fundador: “a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a História, e a vontade de Deus, isto é, o Estado”¹¹. A política está sob os designios morais e espirituais cristãos, portanto, a visão teleológica afirma-se como fundamental para a construção da história de um país sem passado, sem raízes, de povos sem uma origem comum. Nasce aqui a

missão de dar aos elementos heterogêneos do território chamado Brasil, características que façam transcender a noção de uma brasiliade.

Compreender um possível projeto de Brasil nas linhas críticas do texto de Machado de Assis, que orienta a presente reflexão, requer, de antemão, visualizar o caráter formativo da cultura literária em toda a Ibero-América, possibilitando, desse modo, perceber os impasses que, antes de serem exclusivos às literaturas, perfazem o periplo das instituições nacionalistas das Américas. É curta a história dos países da Ibero-América – cerca de quinhentos anos – assim como a literatura. Tais países nascem sem identidade e propósitos nacionalistas, mesclando-se às correntes históricas e estéticas de suas metrópoles. Logo, é preciso buscar, na miscelânea do passado, elementos que possam constituir a invenção de uma história, de uma continuidade, de um propósito, nacionais. Para Leyla Perrone-Moisés:

9. Lilia Moritz Schwartz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*, São Paulo, Editora Fundação

Companhia das Letras, 1998, pp. 38-39.

10. Idem, ibidem.

11. Marilena Chauí, *Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 58.

Criadas e desenvolvidas em línguas de antigas culturas, ou como prolongamente excêntricos das grandes literaturas europeias, as literaturas latino-americana¹², as instâncias do *Mesmo* e do *Outro*. Como todas as literaturas coloniais, alias, com especificidades que vale a pena lembrar, para não cair em certo discurso ente-colonial que só lhe convém em parte¹³.

Sobra aos escritores ibero-americanos uma missão de criar, ao mesmo tempo, uma pátria e uma literatura – a

consciência nacional¹⁴ e, por consequência, das próprias nações ibero-americanas¹⁵.

Machado de Assis, em seu texto, deixa implícita a noção de um projeto nacional literário ao dizer que “[...] todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro”¹⁶.

Vitalidade e abono de futuro – termos que evocam a esferescênciam das questões nacionalistas naquele momento da história brasileira e o anseio de construir um Brasil. Não diferente, como já vínhamos dizendo, a busca pela nacionalidade pretende realizar um inventário do que é o nacional. Assim, os autores românticos do século XIX brasileiro conclamam nomes da literatura que se pretendem nacionais para dar à sua história um berço legítimo. Pelo zelo às características ecológicas do solo brasileiro, os arcadistas Basílio da Gama e Santa Rita Durão serão considerados os nossos protonacionalistas, ao que Machado indica:

As tradições [...] são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda aguarda, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida

brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional¹⁷.

Machado de Assis vai deixando claro em sua crítica que caminhos eram percorridos pela literatura a fim de consagrar nas páginas dos romances e versos da poesia uma nacionalidade, mas indicando a fragilidade dessas construções:

A importância dos preceitos estéticos do Arcadismo, “a oposição entre rusticidade e civilização”, a valorização dos elementos bucólicos, da natureza, da vida simples e interiorana, “não poderia deixar de favorecer no Brasil o advento do índio como tema literário”¹⁸. Para Antonio Cândido, O movimento arcádico significou, no Brasil, incorporação de atividade intelectual aos padrões europeus tradicionais, ou seja, a um sistema expressivo, segundo o qual se havia forjado a literatura no Ocidente. Nesse processo verificamos o intento de praticar a literatura, ao mesmo tempo, como atividade desinteressada e como instrumento, utilizando-a ao modo de um recurso de valorização do país – quer no ato de fazer aqui o mesmo que se fazia na Europa culta, quer exprimindo a realidade local¹⁹.

12. Leyla Perrone-Moisés, *Vira e Mexe. Nacionalismo, Paradoxos do Nacionalismo Literário*, São Paulo,

Companhia das Letras, 2007, p. 29 (grifos da autora).

13. *Idem*, p. 32.

14. Machado de Assis, *op. cit.*

15. *Idem*, *ibidem*.

16. *Idem*, *ibidem*.

17. Antonio Cândido, *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos 1750-1880*, 14. ed., Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2013, p. 131.

18. *Idem*, p. 327.

Dessa forma, é possível compreender como a publicação da vida pitoresca e sua consequência desestabilizadora para a cultura urbana, levando-nos ao perceptível embate que sentiram os literatos muru, de Santa Rita Durão, que tem como ápice a morte das índias protagonistas. Em Basílio da Gama, Lindoia (a índia) se deixa picar por uma cobra no seio, após a morte de seu marido Cacambo, evitando assim a morte de Moema (outra índia) não se conforma em ser preterida por Diogo Alvaran Correia, acatando este a decisão da tribo e escolhendo Paraguai, noroço poética pautada em casais românticos é analisada por Doris Sonnemann ao periplo da nação o caráter do périplo amoroso do casal. A mulher representa a nação, a sociedade, o povo; o homem por sua vez simbolizaria o poder, o governo o domínio. Os descaminhos encontrados pelos casais dão a *O Uruguai* e *Caramuru* engendram a noção de uma protunação (as nativas consumar a chama de seus amores e morrendo, ou seja, sucumbindo pela sua incompatibilidade, marca da luta da nativa pela sobrevivência em presença dos colonizadores²⁰. Esse movimento poético nos deixa, sem dúvida, com a impressão de uma nacionalidade não constituída, de uma ausência de elementos entre os povos da terra e os europeus, sem contar a exclusão dos negros, tão presentes no território e nos laços sociais quanto estes.

Na Ibero-América, segundo Sommer, esses romances românticos pre-
sentam as relações de identificação entre a nação e o Estado corresponden-
te. Para a literatura brasileira, os exemplos evocados por Machado de Assis
indicam o impasse na identificação dos elementos nacionais, o desafio de
conciliação entre os exploradores e explorados, o "amor impossível" entre
nativos e metrópole (tendo-se em vista que a elite política brasileira do
pós-Independência é fruto daquela portuguesa e colonial).
Machado de Assis, no entanto, segue suas implicações tecendo a se-
guinte consideração:

guinte considerar.
Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora²¹.

Para Machado, é clara a fragilidade da literatura que vai ganhando contornos nesse momento, principalmente pelo fato de excluírem de seu cânone os literatos que – independentemente de precisarem uma questão nacional – fizeram a história do pensamento brasileiro em termos artístico e históricos. Daí a necessidade da indagação de Machado “se possuimos e possuimos” históricos de uma nacionalidade literária²².

todas as condições e motivos suscetíveis de serem apelados ao nativismo, presente de alguma maneira em Basílio e Durão e urdido pelos escritores românticos brasileiros. Apesar do crescente apelo ao nativismo, que, aos tropeços, chado não vê parâmetros entre o modo de civilização, que, aos tropeços, o Brasil e os indígenas. Este fato é atestado, de

26 rão como nacionais, fazendo pelo ponto de vista da publicação em solo dito brasileiro e não por uma suposta ideologia *nacionalista*.

zonte. Editora UFMG, 2004. A autora começa sua investigação com a seguinte indagação: "Vale a pena perguntar por que os romances nacionais da América Latina – aqueles que os governos institucionalizaram nas escolas e que agora não mais se distinguem das histórias patrióticas – são, todavia, romances de fundação?" (p. 11).

³¹ Machado de Assis, *op. cit.*, p. 1.

literária”²³. Para o literato não é um erro fazer atribuições aos indígenas pauta-se, então, na tentativa de exclusividade. A busca por esses elementos indígenas para a história brasileira, ao que Machado pondera, “uma minguarem outros argumentos de maior valia, deverá ao menos igualar a imaginação dos poetas para os povos que primeiro beberam os nômades, divorciou”²⁴. Logo, é errôneo, para Machado, reconhecer o espírito histórica os cabedais de nossa literatura”²⁵.

Assim caminhando, chegamos no ponto crucial da argumentação de Machado de Assis acerca da constituição de uma nacionalidade literária. Para o escritor, não cabe fazer desta literatura um apanhado de eleições criteriosas sobre o que pode ou não ser genuinamente brasileiro, nacional. A *brasilidade* reside, para Machado, na linguagem, na expressão, nos elementos construtivos da estética literária. Um modo de dizer, de cadrinar, de concatenar as ideias em romances e poesias é o que efetivamente daria de valores, mas de deixar fluir “através da pena”²⁶ o estilo próprio culto da imensidão europeia. Para Machado, “a substância, não menos que os diferentes aspectos e situações”, e conclui que “um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto”²⁷.

Fica-nos claro aqui a contribuição única de Machado para as gerações posteriores de literatos e intelectuais brasileiros, destacando como necessária para a construção da nacionalidade literária a composição dos elementos diversos e intrínsecos da cultura brasileira. Essas particularidades, ao nível da linguagem, ao que Machado pondera, “A piedade, destas regiões, consorciando na literatura os que a fatalidade, os povos que primeiramente beberam os nômades, deveriam enfim manifestarem-se ao nível da linguagem, ao que Nicolau Sevcenko faz a seguinte consideração:

[...] toda sorte de hierarquias contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas. Dentre as muitas formas que assume a produção discursiva, a que nos interessa [...] é a literatura [...]. Ela constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se, mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade. [...] Essa é a razão por que ela aparece como um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de determinada estrutura social²⁸.

Logo, cabe-nos aqui concluir o peso e a importância de uma reflexão apurada acerca da literatura, que não ficando apenas sobre essa, reflete-se no modo como o pensamento brasileiro se delineara, ganhando contorno em uma forma de pensamento metalinguística, que valoriza não apenas o conteúdo, mas a forma. A forma brasileira de existir, que ganhará vulnerabilidade nos trabalhos sobre as mais diversas áreas do conhecimento, com Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Manoel Bonfim, Oliveira Vianna, Celso Furtado, Rainaldo Faoro, Darcy Ribeiro, Antônio Candido, entre muitos outros. Através dos escritos de Machado, sobretudo este de cunho mais crítico do que literário que nos serviu, aqui, de ponto de referência para a discussão sobre nacionalidade na literatura, podemos ter, como indica John Gledson, “uma profusão de referências à história brasileira que nos dão acesso a um pensamento complexo, util, mutável, que sabia acomodar dúvidas e ironias”²⁹.

23. *Idem, ibidem.*
24. *Idem, p. 2.*
25. *Idem, ibidem.*
26. *Idem, ibidem.*
27. *Idem, p. 4.*

28. Nicolau Sevcenko, *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*, ed. rev. e ampl., São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 28.
29. John Gledson, *Machado de Assis: História e Ficção*, 2. ed. rev. e ampl., São Paulo, Paz e Terra, 2003, p. 293.

Machado de Assis é, portanto, não apenas uma importante personagem da literatura e da história brasileiras, mas uma fonte de vulto e singular da ideia de nação brasileira. Nele ficam claros os movimentos da nacionalidade literária e da imaginação que dão ao Brasil singularidade e uma legitimização para quanto às suas cultura e história.

da literatura e da história brasileiras, mas uma importante personagem da investigações acerca da composição da nacionalidade e singular da ideia de nação brasileira. Nele ficam claros os movimentos da literatura e da imaginação que dão ao Brasil singularidade e uma legitimização para quanto às suas cultura e história.

Fundador. metáfora da América Ibérica

Sônia MARIA DE ARAÚJO CINTRA

A metáfora é provavelmente a potência mais fértil que o homem possui.
José Ortega y Gasset

Neste artigo aponta-se para a possibilidade de diálogo transdisciplinar entre o aspecto metafórico do romance *Fundador*¹, da escritora Nélida Piñon, e um breve estudo da metáfora na geografia nova², a partir da expressão “flexibilidade tropical”, elaborada pelo geógrafo Milton Santos.

A questão da metáfora tem sido abordada de modos diversos, em diferentes níveis, e tem sido objeto de inúmeras reflexões de ordem filosófica, linguística, estética, entre outras, ao longo do tempo. Considerada tantas vezes, a metáfora hoje é uma necessidade em ciência, um instrumento bem uma via de acesso usada por cientistas para expressar o novo, pode-se pensar que a metáfora hoje é uma necessidade em ciência, um instrumento valioso de comunicação do conhecimento. Foi com essa preocupação que se escolheu a expressão “flexibilidade tropical”, enquanto metáfora terminológica na geografia nova, para dialogar com a metáfora literária do romance *Fundador*, de Nélida Piñon. A partir de um exercício de intertextualidade busca-se expor a superação do complexo de inferiorização do povo ibero-americano, enquanto raça oriunda de gente espúria, degredada, abandonados em cumprimento de pena de exílio por assalto, morte e outros crimes cometidos no velho continente, súcia sem

1. Nélida Piñon, *Fundador*, 2. ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2011 [1969].

2. Sônia Cintra, “Brève réflexion sur l’usage de la métaphore dans la nouvelle géographie”, em Terminologie, traduction et rédaction technique. Des ponts entre le français et le portugais, org. Isabelle Oliveira, Limoges, Lambert-Lucas, 2014, capítulo xx, pp. 267-276.